

ANALISANDO O PROGRAMA DE APOIO E PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI), EM BELÉM/PA¹

Carla Kelen de Andrade Moraes²

Michele Lima de Souza³

Resumo

Este estudo propõe analisar as ações relevantes do Programa de Apoio e Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), implementado na Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra) de 2008 e 2012. A pesquisa foi baseada nos documentos oficiais disponíveis em: endereço eletrônico do Reuni, Comissão de Processo Seletivo (CPS), Superintendência de Gestão de Desenvolvimento e Pessoal (SGDP) e Pró-reitoria de Ensino (Proen). O programa Reuni possibilitou o aumento de 133,33 e 93,33% nos cursos de graduação e vagas, respectivamente, ao longo de 5 anos; contudo, não houve mudanças significativas com relação à evasão escolar nesse período, que em alguns cursos alcançou 15,13%. Também no período, os docentes efetivos aumentaram em 111% e a relação aluno-professor registrada foi de 1:13 – abaixo das expectativas do Ministério da Educação (1:18). O programa alocou recursos em infraestrutura física, pesquisa e melhoria pedagógica, mas

-
- 1 Artigo apresentado para obtenção do título de especialista em Gestão Pública e Sociedade, direcionado para políticas públicas em economia solidária. Convênio 744639/2010 – MTE/Senaes; orientado pela profa. Michele Lima de Souza, Universidade Federal do Tocantins – UFT, em parceria com a Unicamp.
 - 2 Pós-graduanda do curso de especialização em Gestão Pública e Sociedade, na Ufpa. Graduada em Administração com habilitação em Gestão Ambiental (Iesam) e Mestre em Ciências Florestais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais (PPGCA/Ufra). Correo eletrônico: carlakelen23@yahoo.com.br
 - 3 Monitora do curso de especialização em Gestão Pública e Sociedade, na Ufpa. Graduada em Serviço Social (Ufpa) e mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/Ufpa). Correo eletrônico: micheleassist@hotmail.com

são necessários estudos mais detalhados, para se avaliar os impactos dessas ações.

Palavras-chave: Gestão Pública. Política Pública. Reuni. Ufra.

Abstract

This study aims to analyze the relevant actions of the Support Programme and Reorganization and Expansion Plan of Federal Universities (Reuni) implemented the Federal Rural University of Amazonia (UFRA), between 2008 and 2012. The research was based on official documents available in: electronic address Reuni, Committee Selection Process (CPS), Management Department of Personnel and Development (PEMS) and Pro-rector of Education (Proen). The program Reuni enabled the increase of 133,33 and 93,33% in undergraduate courses and vacancies, respectively, over 5 years, however no significant changes in relation to school evasion in this period, which in some courses reached 15, 13%. In this period, the effective teachers increased by 111, and the ratio of students:teacher (1:13) was below the expectations of the Ministry of Education (1:18). The program allocated resources in physical infrastructure, research and pedagogical improvement, but most detailed studies are needed to evaluate the impacts of these actions.

Keywords: Public Management. Public Policies. Reuni. Ufra.

INTRODUÇÃO

A edificação de uma estratégia de desenvolvimento de novo tipo implica a adoção de um conjunto de ações articuladas entre si e que buscam induzir a um enraizamento social do desenvolvimento (Monteiro, 2007, p. 39).

A gestão pública deve estar orientada para a concepção de resultados esperados em decorrência do alcance de objetivos fixados por políticas públicas que, por definição, são políticas e públicas (Costa, 2010, p. 6). As políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo a expressão do compromisso público (...) (Cunha e Cunha, 2002, p. 12). Nesse sentido, o Estado e as suas instituições devem estar preparados para adequar o desenvolvimento dessas políticas aos seus objetivos institucionais.

A política para o ensino superior, segundo Lugão *et al.* (2010) deveria promover uma revolução administrativa, considerando a proposta de uma administração mais racional dos recursos e a utilização da capacidade ociosa.

No âmbito educacional, as políticas públicas devem contemplar os interesses de todos os atores da comunidade acadêmica em questão. Segundo Conrado (Conrado, 2008, p. 2) toda política educacional carrega intencionalidade, valores, ideias e posições, estas se estendem pelas escolas atuando decisivamente na prática pedagógica em sala de aula e na construção do perfil do cidadão desejado pelo Estado.

As políticas públicas são concebidas como o resultado de inter-relações e interdependências entre várias instituições, grupos de interesses e indivíduos que formam uma rede de influência mútua, em que as hierarquias reais nem sempre são as que formalmente se estabelecem (Serafin; Dias, 2011, p. 311).

Nesse sentido, é importante se observar o processo de construção das políticas de desenvolvimento educacional nas instituições públicas, e como se dá o envolvimento dos atores sociais direta e indiretamente envolvidos nesse processo, visto que a participação social é um fator primordial para ser considerado nos processos democráticos de tomadas de decisões e na construção de políticas públicas educacionais. Assim como, se houve alcance ou não das metas planejadas em nível nacional e local, com relação a tais políticas e/ou programas.

Diante disso, este estudo tem por objetivo analisar as ações relevantes do programa Reuni, através dos documentos oficiais, disponíveis no sítio eletrônico e nos setores da Ufra, no período compreendido entre os anos de 2008 a 2012.

REFERENCIAL TEÓRICO

As políticas públicas e os programas educacionais

São muitos os programas e políticas públicas criadas pelo governo federal no intuito de minimizar o déficit educacional do Brasil. Contudo nem sempre essas ações apresentam resultados significativos com relação aos objetivos pretendidos.

Segundo Oliveira, Pizzio e França:

A discussão acerca das políticas públicas tomou nas últimas décadas uma dimensão muito ampla, haja vista o avanço das condições democráticas em todos os recantos do mundo e a gama de arranjos institucionais de governos, que se tornou necessário para se fazer a governabilidade (2010, p. 1).

Quanto à conceituação do termo “política pública”, os mais antigos fazem referência às ações do governo, como órgão executor que pode influenciar na sociedade.

Para Azevedo (2003) “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”; para Mead (1995) “campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas”; para Lynn (1980), “conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”; e para Peters (1986) “soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vidas dos cidadãos” (Serafin; Dias, 2011, p. 315).

Já os conceitos mais recentes enfatizam a participação social na construção de políticas, e/ou as mudanças sociais como resultados das ações do governo.

Política pública, do ponto de vista etimológico, refere-se à participação do povo nas decisões da cidade, do território (Oliveira, Pizzio e França, 2010). (...) o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (Souza, 2003). A gestão pública não só deve dar respostas às exigências de demandas atuais, mas também deve ser orientada ao desenvolvimento do município e da região (Vidal, 2012).

Com relação a políticas públicas educacionais, “dizem respeito às decisões do governo que têm incidência no ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem, (...) àquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar (Oliveira; Pizzio; França, 2010, p. 5, 8).

A razão política equaciona valores, interesses, expectativas, barganhas e compromissos em torno de projetos de interesse coletivo (Costa, 2010). Os brasileiros buscam reformar o Estado e construir um modelo de gestão pública capaz de torná-lo mais aberto às suas necessidades (Paula, 2005, p. 37).

A análise das políticas atuais de educação superior e das demandas, exigências e desafios da sociedade contemporânea permite inferir o que se espera das universidades federais na conjuntura atual, em termos de redefinição de sua identidade, particularmente no que tange à natureza e à missão institucional (Silva Jr., 2003).

O processo de avaliação para Cardinet (1993 *apud* Schneider; Preto, 2008, p. 2), contribui para a eficácia do ensino porque consiste na observação e interpretação dos seus efeitos.

Avaliar uma instituição de ensino superior significa buscar caminhos que levam a resultados de flexibilização, informação, planejamento de gestão e que são satisfatórios e de total importância para a vida da instituição e desenvolvimento das universidades e da educação superior no país (Schneider; Preto, 2008, p. 6).

O processo de mudança das Instituições Federais de Ensino Superior – Ifes ocorre a partir da percepção do governo na análise de um cenário atual e, ao mesmo tempo, incapaz de atender às possíveis projeções planejadas com relação ao “desenvolvimento” das políticas educacionais para o país.

Em lugar do modelo único da indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão, o governo propõe o modelo diversificado e flexível, que permita uma expansão flexível da oferta, absorvendo as demandas próprias desse processo dinâmico das mudanças sociais e econômicas em andamento no país. Nesse sentido, o governo estimula a expansão e a diversificação institucional do sistema, assim como, os processos de avaliação, credenciamento e credenciamento, para criar um sistema de educação superior estruturado na flexibilidade, na competitividade e na avaliação contínua (Brasil, MEC, 2000a; Catani; Oliveira, 2000 *apud* Oliveira, 2000, p. 71).

Nos últimos anos houve um avanço positivo com relação ao aumento de matrículas no ensino superior do Brasil, conforme mostram os dados abaixo:

O índice de matrículas no ensino superior, ao longo dos últimos dez anos, aumentou 134%, principalmente pela participação das instituições privadas que, em 2003, respondiam por aproximadamente 70,8% das matrículas. Apesar dessa significativa expansão, o ensino superior, no Brasil, ainda representa um desafio. O acesso às instituições públicas ainda deve ser ampliado para incluir uma proporção maior dos jovens com idades entre 18 e 24 anos, principalmente os provenientes das camadas mais baixas da população (Unesco, 2009).

Foi pensando nessa premissa que o governo federal planejou a expansão das Instituições Federais de Ensino Superior – Ifes – criando condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais,

respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior⁴.

Abordagens sobre o programa Reuni

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, foi criado pelo Decreto 6.096/2007 e tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais de 72% para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor de dez para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano das universidades federais (Decreto n. 6.096/2007).

Para atendimento da demanda governamental a Ufra, através da mobilização da comunidade acadêmica constitui uma comissão para elaborar uma proposta de ações institucionais. O Plano de Reestruturação e Expansão desta universidade no âmbito do Reuni (2008-2012) foi elaborado e aprovado pelo Conselho Universitário – Consun, em 19 de outubro de 2007, e dentre as ações, a oferta de vagas é vista com maior importância, por se tratar do enfoque dessa pesquisa.

Quanto à ampliação das vagas, a Ufra planejou a criação de sete novos cursos de graduação, três no *campus* central da Ufra (em Belém/PA), dois no *campus* interiorizado de Paragominas/PA e dois no *campus* de Parauapebas/PA. Assim como a adequação dos cursos já implantados em Parauapebas (Zootecnia) e Capitão Poço (Agronomia).

A adequação dos cursos previa: a ampliação da oferta da educação superior pública; a reestruturação acadêmica curricular, com a organização dos cursos de graduação e a revisão da estrutura acadêmica; a renovação pedagógica, em que está prevista a atualização metodológica e tecnológica do ensino-aprendizagem; programas de capacitação pedagógica e articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica; e ações e providências que contemplem a promoção da ampla mobilidade intra e interinstitucional que reafirme o compromisso social da instituição.

Para a gestão dos recursos provenientes do programa, foi constituída uma comissão formada por representantes institucionais, que elaboraram um plano para aplicação dos recursos (R\$ 64.364.636,18). Essa comissão foi composta por todos os atores envolvidos na comunidade acadêmica da Ufra (diretores, gestores, professores, técnicos administrativos, alunos, entre outros).

4 Decreto n. 6.096/2007 do MEC – institui o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni.

O programa previu ainda a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos e previsão de modelos de transição (quando for o caso); renovação pedagógica da educação superior, pela articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica; atualização de metodologias e tecnologias de ensino-aprendizagem e previsão de programas de capacitação pedagógica, especialmente quando for o caso de implantação de um novo modelo.

Quanto à mobilidade intra e interinstitucional, foi pensada a promoção ampla da mobilidade estudantil, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas e entre instituições de educação superior; e compromisso social da instituição, pela política de inclusão, programas de assistência estudantil e políticas de extensão universitária.

METODOLOGIA

Tipo de Estudo

O estudo pode ser considerado como descritivo bibliográfico e documental, visto que para Lakatos e Marconi

Os estudos descritivos descrevem um fenômeno ou situação, mediante um estudo realizado em determinado espaço-tempo (...). A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema, e a pesquisa documental é aquela realizada pela análise de fontes documentais que sirvam de suporte à investigação projetada (Lakatos e Marconi *apud* Lugão, 2010, p. 8).

Os dados foram analisados de forma quantitativa e qualitativa, pela importância de se poder extrair dos documentos analisados, elementos para construir considerações de diferentes significações sociais, econômicas, políticas e pedagógicas relacionadas com a realidade dos atores desse projeto. Portanto, de acordo com Bardin *apud* Lugão (2010, p. 8):

A análise de conteúdo compreende três fases: pré-análise (identificação e pré-seleção dos documentos através da busca e da leitura superficial dos mesmos); exploração do material (análise e seleção final do material através da leitura completa dos documentos); e tratamento dos resultados (aplicação de um tratamento quantitativo com interpretação qualitativa do material selecionado na fase de exploração).

Coleta e Operacionalização dos Dados

A pesquisa foi baseada nos documentos oficiais de contextualização do Reuni onde se analisou os documentos oficiais disponíveis ao público (relatórios de gestão, leis, decretos, portarias, entre outros), assim como, nos dados institucionais sobre ingressos de docentes e discentes, contidos no *software* Sistema de Controle Acadêmico (Sisca), no período de 2008 a 2012.

A sistematização dos dados foi feita no programa Microsoft Excel, usado para a tabulação de dados dos relatórios gerados pelo sistema e para a elaboração de gráficos oriundos dos dados obtidos.

ANÁLISE DOS DADOS

Foram analisados trinta documentos disponíveis no endereço eletrônico do Reuni, no *site* da Ufra, dos quais, 25 tratavam de portarias, quatro eram informes gerais e um se referia a um memorando. Outros documentos importantes também foram analisados: quatro relatórios internos e dois editais disponíveis na Comissão de Processo Seletivo – CPS/Ufra, um relatório da Superintendência de Gestão de Departamento Pessoal – SGDP/Ufra, e cinco relatórios do Sistema de Controle Acadêmico – Sisca.

Com relação às portarias: 48% referem-se aos códigos de vagas concedidas à Ufra pelo Ministério da Educação (MEC), 20% à redistribuição de cargos; 12% à descentralização orçamentária do Plano Reuni, 8% aos cargos de direção e funções gratificadas dos *campi* do interior, e 4% a sistematização e monitoramento de políticas públicas.

O aumento da oferta de vagas na Ufra

Com relação à oferta de vagas oriundas do processo seletivo (vestibular), de acordo com quatro relatórios internos e dois editais da CPS/Ufra, no período de 2008 a 2012, houve o aumento de 93,33%, devido à criação de três novos cursos na sede, localizada no município de Belém, capital do estado do Pará (Engenharia ambiental, Licenciatura em Computação e Bacharelado em Informática Agrária), e cinco novos cursos nos *campi* dos municípios Parauapebas (Agronomia e Engenharia Florestal), Paragominas (Engenharia Florestal e Agronomia) e Capitão Poço (Agronomia), como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 - Relação de oferta de vaga nos cursos de graduação da Ufra na sede e nas unidades descentralizadas

N.	Cursos de graduação/Campi	2008	2009	2010	2011	2012
01	Agronomia Belém	150	150	150	150	150
02	Engenharia Florestal Belém	90	90	90	90	90
03	Medicina Veterinária Belém	80	80	80	80	80
04	Zootecnia Belém	50	50	50	50	50
05	Engenharia de Pesca Belém	50	50	50	50	50
06	Licenciatura em Computação		50	50	50	50
07	Bach. Informática Agrária		50	50	50	50
08	Engenharia Ambiental Belém			50	50	50
09	Zootecnia Parauapebas	30	50	50	50	50
10	Agronomia Parauapebas			50	50	50
11	Eng. Florestal Parauapebas				50	50
12	Agronomia Capitão Poço		30	30	30	50
13	Agronomia Paragominas			50	50	50
14	Eng. Florestal Paragominas				50	50
15	Eng. Florestal Santarém ⁵	0	30	0	0	0
Total de Oferta de Vagas		450	630	750	850	870

Fonte: elaborado pela autora, com base nos relatórios do Sisca, 2012.

5 Não houve mais oferta de vagas para o curso de Engenharia Florestal em Santarém em função da criação da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa, em 5 de novembro de 2009.

Em 2008 foram ampliadas 60 vagas nos cursos atuais da sede (15 em Engenharia Florestal, 20 em Engenharia de Pesca e Zootecnia e 5 em Medicina Veterinária), correspondendo a 15,38 %. Todavia não houve oferta de vagas para o curso de Engenharia Florestal no município de Santarém.

Em 2009, a oferta de vagas foi ampliada em 40% com a criação dos novos cursos de Licenciatura em Computação e Bacharelado em Informática Agrária (na sede), do curso de Agronomia (em Capitão Poço), assim como, a oferta de 30 vagas para o curso de Engenharia Florestal (em Santarém) e mais 20 vagas no curso de Zootecnia (em Parauapebas).

O aumento da oferta de vagas continuou em 2010, com 19,04% em função da criação dos cursos de Engenharia Ambiental em Belém, Agronomia em Parauapebas e Agronomia em Paragominas.

Em 2011, o aumento das vagas representou 13,33%, com a criação do curso de Engenharia Florestal nos municípios de Paragominas e Parauapebas. Apesar da Ufra ter realizado o vestibular para o curso de Engenharia Florestal em Santarém, a gestão das vagas ficou com a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) que havia sido recém-criada.

Ainda foram ofertadas em 2012 mais 20 vagas para o curso de agronomia no município de Capitão Poço.

Assim sendo, considerada a análise do período total de desenvolvimento do Reuni, entre 2008 e 2012, observou-se o aumento da oferta de cursos em 133,33% um aumento significativo e condizente com as perspectivas do programa. Contudo, apenas 11,76% das vagas ofertadas atualmente funcionam no período noturno, um percentual ainda pequeno considerando o objetivo do programa nacional.

Mesmo com o considerável aumento na oferta de vagas, a taxa de evasão universitária de 30,66% não reduziu de acordo como foi previsto no Plano do Reuni, de 7% até 2012. Não há dados que permitam indicar quais as causas da elevada taxa de evasão na universidade, mas pode-se observar que ela chegou a 15,13% no curso de agronomia Belém (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de matrículas realizadas em 2012 por curso de graduação

Nome do curso de graduação	N. de vagas 2012	N. de matrículas 2012
Agronomia Belém	152	129
Engenharia Florestal Belém	91	78

Medicina Veterinária Belém	85	71
Zootecnia Belém	51	46
Engenharia de Pesca Belém	50	46
Licenciatura em Computação	50	46
Bach. Informática Agrária	50	45
Engenharia Ambiental Belém	50	48
Zootecnia Parauapebas	50	27
Agronomia Parauapebas	50	49
Eng. Florestal Parauapebas	51	45
Agronomia Capitão Poço	50	44
Agronomia Paragominas	50	42
Eng. Florestal Paragominas	50	42
Total	880	758

Fonte: elaborado pela autora, com base nos relatórios do Sisca, 2012.

A contratação de docentes e técnicos administrativos

Das 25 portarias analisadas, 36% se referiam à redistribuição de código de vagas disponíveis para a contratação de professores e/ou técnicos administrativos, 12% ao recebimento de vagas de professores e técnicos administrativos para atender o programa, 4% à nomeação de professores e técnicos administrativos, 8% da redistribuição de cargos de direção (CD) e função gratificada (FG) e 20% de descentralização orçamentária dos recursos provenientes do programa Reuni, 8% determinava o quantitativo fixado de vagas para a contratação de professores e/ou técnicos administrativos, 4% referia-se a autorização de concurso público da universidade Ufra e 4% ao sistema de monitoramento público dos recursos. Duas portarias continham a mesma informação, mas somente uma delas foi contabilizada na pesquisa.

A Ufra recebeu 42 vagas do Reuni, dessas 91% foram para contratação de professores do 3º grau, e 9% para técnicos administrativos de nível E e D (portarias 326.327.328 de 19/3/2011). Assim como, foram nomeados 9 professores e 8 técnicos administrativos (portaria 642 de 14/5/2010).

Foram redistribuídas 85 vagas para cargos de nível superior (professor e técnicos de nível E) e para técnicos de nível médio e fundamental, conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3 – Redistribuição de vagas por cargos

N.	Nome do cargo	N. de vagas
01	Assistente Administrativo	9
02	Técnico em Tecnologia da Informação	3
03	Biólogo	1
04	Engenheiro Agrônomo	1
05	Técnico em Laboratório	1
06	Bibliotecário	2
07	Técnico em Radiologia	1
08	Zootecnista	1
09	Assistente Social	1
10	Técnico em Agropecuária	2
11	Radiologista	1
12	Administrador de Edifícios	1
13	Auxiliar de Saúde	1
14	Assistente de Laboratório	1
15	Professor do 3º Grau	58
Total		85

Fonte: A autora.

O quadro de professores contratados por período determinado (substituto, visitante, temporário) no período de 2008 a 2012 evoluiu em mais de 480%, conforme mostra a Tabela 4. Contudo, é importante ressaltar que os professores de contrato temporário não podem permanecer na instituição por mais de dois anos, conforme determina a lei n. 8.745 de 9 de dezembro de 1993. Esse quantitativo serve apenas para atender à demanda temporária de excepcional interesse público da administração federal.

Tabela 4 – Quadro de contratação de docentes e técnicos administrativos

Tipo de vínculo	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
Professor Efetivo	10	44	42	29	27
Professor Substituto	8	11	5	3	17
Professor Visitante	0	1	5	5	5
Professor Temporário	0	0	0	10	25
Técnico Administrativo	09	19	12	27	18
Total	19	75	64	74	92

Fonte: SGDP/2012.

Com relação aos professores efetivos, cujo quadro atual é de 235, houve um aumento de 64,6% no número de contratações no período de 2008 a 2012 e, considerando o número de alunos matriculados de 3.215, se estabelece uma relação de aluno/professor de aproximadamente 1 para 13, valor abaixo das expectativas do MEC para o programa definido em 1 para 18, ou seja, com o atual quadro de docentes a universidade poderia ofertar até 1.015 vagas que não comprometeria a qualidade de ensino (dados coletados em junho 2012).

Vale ressaltar a importância de se analisar os cálculos utilizados pelo governo para se chegar a esses indicadores numéricos, assim como, identificar se tais indicadores são baseados em pesquisas pedagógicas, e se podem ser aplicados a qualquer realidade acadêmica.

O Brasil tem uma das mais baixas taxas de alunos por docentes no ensino superior, considerando apenas o setor público federal.

A baixa relação aluno/docente repercute, obviamente, no peso que o gasto de pagamento de pessoal tem na matriz de custo do ensino superior público. Quando consideramos apenas o sistema superior público, o Brasil tem uma das mais altas despesas de pessoal por aluno, sendo inferior apenas aos Estados Unidos e mais do dobro dos valores correspondem à França, Inglaterra e Espanha (Costa, 1998, p. 347).

Dessa forma, com relação ao quadro de servidores técnicos administrativos da Ufra, observou-se que houve 85 contratações no período de 2008 a 2012 (Tabela 6). O quadro de servidores em 2011 foi de 426, considerando todas as categorias (A, B, C, D e E) e no último concurso público da universidade realizado com os recursos provenientes do Reuni foram aprovados 73 servidores.

Quanto aos cargos de direção (CD) e funções gratificadas (FG), a Ufra recebeu do MEC: sete vagas para o *campus* do município de Capanema; cinco para Capitão Poço, cinco para Paragominas, cinco para Parauapebas e 26 para Belém. Sendo 50% para cargos de direção.

O quantitativo de vagas para professor e técnicos administrativos fixados para atender ao programa foi de 30 vagas, traduzido em 96,6% para professores e 3,4% para técnicos administrativos.

As descentralizações orçamentárias mencionadas no *site*, somaram o valor de R\$ 11.815.030,97, valor abaixo do recebido para implementação das ações, de R\$ 64.364.636,18.

Outras ações do Reuni

Dentre os itens disponíveis no *site*, 17% eram referentes a informativos gerais sobre as ações do programa Reuni, tais como: a) um informativo do Plano Reuni da Ufra; b) a divulgação do programa Reuni do governo federal como ação integrante ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) instituído em reconhecimento ao papel estratégico das universidades para o desenvolvimento econômico e social; c) as obras de construção dos novos prédios nos *campi* de Parauapebas, Paragominas e Capitão Poço, assim como, as obras de ampliação do SDI (Biblioteca) em Belém; d) a divulgação do VIII Seminário Nacional do Reuni - “Universidades Federais: consolidação e expansão – 2011 a 2020” ocorrido no período de 27 a 29/01/2010, em Brasília/DF; e e) a socialização da memória da reunião técnica do programa Reuni, realizada em 16/11/2009 (memorando n. 012/2009 – Reuni/Ufra).

Com relação às obras, o programa Reuni previu a construção dos prédios de Paragominas, Parauapebas e Capitão Poço, assim como, construção de mais

dois prédios com: oito laboratórios, quatro salas de aulas, 27 gabinetes de professores e ampliação do prédio da biblioteca no *campus* de Belém.

O programa também investiu na pesquisa universitária, através do fornecimento de bolsas para alunos de iniciação científica e pós-graduação, contratação de servidores de nível médio e superior e contratação de professores. No período de 2008 a 2012 foram investidos R\$ 3.544.680,00 em bolsas estudantis de iniciação científica, mestrado e doutorado e R\$ 910.800,00 em bolsas para professores visitantes.

No âmbito pedagógico, através do Reuni a Pró-reitoria de Ensino (Proen) iniciou a discussão sobre a implantação de uma nova metodologia que permitisse a reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPC da instituição⁶, método instalado em 2010. Porém, em conversa informal com um representante do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Engenharia Florestal, foi possível identificar críticas com relação à reformulação do PPC.

Em relato, o representante acadêmico do PET- Florestal mencionou que a grade do PPC não foi dialogada com os alunos, sendo formulada pelo coordenador do curso, de acordo com a disponibilidade dos professores do mesmo, o que implica em mudanças significativas na grade curricular, muitas vezes, propondo ao aluno, cursar disciplinas específicas antes mesmo das disciplinas que na grade anterior, seriam pré-requisitos. E isso de certa forma foi uma obrigação para que o aluno tivesse maior esforço de obtenção de média e aprovação.

As ações implementadas pelo programa podem ter reflexos positivos e negativos com relação à sua gestão, o que para Costa (2010) está relacionado à eficácia dos instrumentos de gestão, que é limitada pelo contexto em que se dá sua utilização – ambiente, objetivos, recursos (humanos, materiais, financeiros, políticos e organizativos), pois depende de onde, para que, quem e com que os utiliza.

O Plano Reuni da Ufra previu na reorganização dos cursos de graduação, reorganizar a matriz curricular de modo a abrir espaço para que o discente pudesse alocar mais tempo em trabalhos de pesquisa e projetos associados à própria formação curricular, direcionado ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão junto ao corpo docente, ao desenvolvimento de vivências em estágios de diferentes naturezas, participação na vida institucional como forma de contribuir para sua formação cultural, artística e humanística, assim como, previa a flexibilização das estruturas curriculares, visando oportunizar

6 Relatório de gestão Ufra 2011.

ao educando a oferta de disciplina optativa e de livre escolha. Porém, não foi possível avaliar a execução dessas atividades, sendo necessários estudos socioeconômicos e pedagógicos específicos. Por outro lado, ainda há a reflexão de que “existem problemas de gestão, mas existem também problemas econômicos, sociais, políticos e de muitas outras naturezas que devem ser resolvidos, politicamente, no seu campo próprio, com o uso de instrumentos de administração” (Costa, 2010, p. 7).

Dessa maneira, refletindo sobre as políticas educacionais, foi possível perceber seus avanços e recuos, suas continuidades e descontinuidades, que submetem a educação ao poder autorregulador do Estado, hoje fortemente atrelado aos interesses econômicos dos organismos internacionais principais defensores do projeto neoliberal (Souza; Lucena, 2009, p. 8).

A proposta de pesquisa, apenas com a análise dos *links* disponíveis no sítio eletrônico da Ufra, não proporcionaria análises concretas a respeito da oferta de vagas, contratação de recursos humanos, entre outros. Assim, os dados setoriais foram necessários para fundamentar as informações públicas, deixando parênteses para o conhecimento da realidade da comunidade acadêmica, sujeitos desse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa Reuni possibilitou o aumento significativo tanto na oferta de cursos (133,33 %), quanto na oferta de vagas (93,33%), porém não houve mudanças significativas com relação à evasão escolar que, em alguns cursos, chegou a 15,13% no período final do programa, fato que remete à reflexão de que não houve participação popular no processo de criação dos cursos da universidade.

Mesmo com um grande aumento na oferta de vagas, apenas um pequeno percentual dessas foi ofertado em cursos noturnos, e ainda sem as condições ideais de atendimento aos acadêmicos com relação ao funcionamento do restaurante universitário, biblioteca e setores administrativos.

O aumento do quadro efetivo de docentes estabeleceu a relação aluno/professor de 1 para 13, número abaixo das expectativas do MEC (de 1 para 18), porém seria importante analisar os cálculos utilizados pelo governo para se chegar a esses indicadores numéricos, assim como, identificar se tais indicadores são baseados em pesquisas pedagógicas, e se podem ser aplicados a qualquer realidade acadêmica.

Das informações disponíveis no *site*, foi possível identificar o gasto de aproximadamente 18% do total de recursos provenientes do programa, provavelmente devido à não alimentação contínua das informações no ambiente eletrônico. Esse fato pode possibilitar análises e interpretações errôneas aos leitores.

O programa ainda possibilitou investimentos em infraestrutura física e de pesquisa, e melhoria pedagógica dos cursos da universidade. Seria interessante que este estudo sobre o Reuni evoluísse para além da Ufra, na perspectiva de uma análise nacional do programa, visando identificar os avanços locais/regionais das Ifes, as distintas formas de utilização dos recursos, assim como, os impactos decorrentes da implantação da política educacional, porém seriam necessários outros estudos socioeconômicos e pedagógicos detalhados.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Sérgio de. Políticas Públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação, *in: Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: Fase, 2003.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso: 16 jun. 2012.
- CASTRO, Maria H. Guimarães de. *Avaliação do sistema educacional brasileiro: tendências e perspectivas*. Brasília, MEC/Inep, 1998.
- CONRADO, Nayara Lucas Dias de Menezes. O contexto ideológico das políticas públicas educacionais e a perspectiva histórica do PNE, *in: Seminário de Educação 2008 – 20 anos de pós-graduação em educação – avaliação e perspectivas*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2008. Disponível em: <<http://www.ie.ufmt.br/semiedu2008/gts.php>>. Acesso: 19 mai. 2012.
- COSTA, Frederico Lustosa da. Contribuição a um projeto de reforma democrática do Estado, *in: Revista de Administração Pública – RAP*. Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 1-33, 2010.
- CUNHA, Edite de Penha e CUNHA, Eleonora Schenttini M. Políticas Públicas e Sociais, *in: CARVALHO, Alysson, SALES, Fátima (orgs.). Políticas públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de Pesquisa*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

- LUGÃO, Ricardo Gandin *et al.* *Reforma universitária no Brasil: uma análise dos documentos oficiais e da produção científica sobre o Reuni - programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais*. X Colóquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur. Mar del Plata, Argentina, 2010.
- LYNN, L. E. *Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis*. Santa Monica, Califórnia: Goodyear, 1980, *apud Políticas Públicas: uma revisão de literatura*. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.
- MEAD, L. M. Public Policy: Vision, Potential, Limits. Policy Currents, Fevereiro: 1-4, 1995. *Apud Políticas Públicas: uma revisão de literatura*. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.
- MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Um novo modelo de desenvolvimento é possível, *in: Gestão Pública: revista do Sistema de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos da Escola de Governo do Estado do Pará*. Belém: Escola de Governo do Estado do Pará, a. 1, n. 1, p. 37-46, 2007.
- OLIVEIRA, Adão Francisco de; PIZZIO, Alex e FRANÇA, George. Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática, *in: Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas*, Editora da PUC Goiás, 2010, p. 93-99.
- OLIVEIRA, João Ferreira de. *A reestruturação da educação superior no Brasil e o processo de metamorfose das universidades federais: o caso da Universidade Federal de Goiás (UFG)*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.
- PAULA, Ana Paula Paes de. Administração pública brasileira entre gerencialismo e a gestão social. *Revista de Administração Empresarial*, 2005, v. 45, n. 1, p. 36-49.
- PETERS, B. G. *American Public Policy*. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986. *Apud Políticas Públicas: uma revisão de literatura*. Sociologias, Porto Alegre, 2006, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez.
- SCHNEIDER, Paulo Roberto e PRETO, Josiane. Avaliação institucional: diagnóstico avaliativo, *in: Mundo Contemporâneo em Revista*, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://www.famper.com.br/site/mundo-contemporaneo-vol2.php>>. Acesso: 13 mai. 2012.
- SERAFIN, Milena Pavan e DIAS, Rafael de Brito. Conceitos e ferramentas para análise de política pública, *in: Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. São Paulo: Outras Confissões, 1ª ed., 2011, p. 305-337.

- SILVA JÚNIOR, João dos Reis. A educação superior reformada: a produção da ciência engajada ao mercado de um novo pacto social, *in: Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC*. São Paulo: Xamã, 2003, p. 41-71.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.
- SOUZA, Luciene Maria de; LUCENA, Carlos Alberto. Estado e Políticas Públicas Educacionais: reflexões sobre as práticas neoliberais, *in: IV Simpósio Internacional: O Estado e as políticas educacionais do tempo presente*. Uberlândia: UFU, 2008, v. 1, p. 1-14.
- UNESCO. *Ensino médio, ensino técnico e ensino superior*. Disponível em: <<http://www.brasilia.unesco.org/Brasil/contextonacionalEDU/contextoEDUensino>>. Acesso: 20 jun. 2012.
- VIDAL, J. P. A gestão pública municipal: instrumento transformador para o desenvolvimento social do Pará, *in: Terceira Margem Amazônia*. São Paulo: Outras expressões, v. 1, n. 1, 2012.

